



(d) **Provisão para contingentes e depósitos judiciais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais a Companhia esteja envolvida. A Companhia possui questões cíveis e tributárias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

**Causas com probabilidade de perda possível**

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	28.840	3.110
Regulatório	5.679	56
	<b>5.679</b>	<b>3.166</b>

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 são de R\$ 4 de processos tributários e R\$ 1 de processos cíveis em 31 de dezembro de 2021 os depósitos eram de R\$ 1 de processos cíveis. **18. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subordinado da Companhia era de R\$ 80.928 (R\$ 71.702 em 31 de dezembro 2021), dividido em 80.928.069 (71.702.069 em 31 de dezembro 2021) ações, estando totalmente subscritas e integralizadas.

Acionistas	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Participação %	Quantidade de ações	Quantidade de ações	Total
Chapada do Piauí II Holding S.A.	100%	80.928.069	80.928	71.702
	100%	<b>80.928.069</b>	<b>80.928</b>	<b>71.702</b>

Em 2022 foi realizado o aumento e integralização de capital de R\$ 7.500, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022. Em 2021 foi realizado um aumento de capital de R\$ 3.726, pela controladora conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022 sendo R\$ 2.000 subscrito e integralizado em 2021 e R\$ 1.726 integralizado em 2022. **b) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações:** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mandadas como ações em tesouraria.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(6.842)	(7.540)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	74.920	70.036
<b>Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$</b>	<b>(0,091)</b>	<b>(0,108)</b>

**19. Receita líquida de vendas: Política contábil:** A receita compreende o valor líquido da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **Política contábil:** A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação

de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

**Composição**  
A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com energia	28.840	28.840
(-) Provisão de ressarcimento	(7.557)	(7.557)
(-) Impostos sobre vendas	(771)	(804)
(-) Encargos sobre concessão	(99)	(95)
	<b>20.413</b>	<b>21.117</b>

**20. Custo do serviço de energia elétrica:**

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(1.931)	(1.931)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.239)	(1.104)
Custo de operação (a)	(9.543)	(9.390)
	<b>(11.028)</b>	<b>(12.425)</b>

**(a) Custo de operação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(313)	(231)
Manutenções	(166)	(138)
Materiais e serviços de terceiros	(3.242)	(3.320)
Depreciações e amortizações	(5.822)	(5.711)
	<b>(9.543)</b>	<b>(9.390)</b>

**21. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos:**

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(277)	(345)
Seguros	(299)	(162)
Comunicações	(21)	(15)
Viagens	(11)	(14)
Despesas Tributárias	(6)	(2)
Projetos sociais	(52)	(2)
Outras despesas operacionais	50	(132)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(1.096)	(295)
Despesas compartilhadas	(713)	(601)
	<b>(2.430)</b>	<b>(1.566)</b>

(i) Valores referente substancialmente à baixa de imobilizado. **22. Resultado financeiro:** **Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais

despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Composição</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	347	167
Outras receitas financeiras	29	167
	<b>376</b>	<b>167</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira de cessão de recebíveis (Nota 10)	(11.756)	(11.828)
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	(365)	(814)
Atualização financeira de desmobilização	(131)	(122)
Atualização financeira de ressarcimento	(1.080)	(1.572)
Outras despesas financeiras	(80)	214
	<b>(13.412)</b>	<b>(14,122)</b>
	<b>(13.036)</b>	<b>(13.655)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>23. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:</b> As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.		
<b>Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social</b>		
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com energia	28.840	28.832
Receita de energia faturada	28.546	28.499
Provisão de receita de venda energia	294	133
<b>Provisão de ressarcimento</b>	<b>(7.557)</b>	<b>(6.616)</b>
Provisão de ressarcimento	(7.557)	(6.616)
	<b>21.283</b>	<b>22.016</b>
<b>Outras receitas</b>	381	167
<b>Bases de cálculo</b>		
<b>Receita com energia</b>		

IRPJ	2.665	2.447
Adicional IRPJ	2.425	2.207
CSLL	3.807	3.587
<b>Provisão de ressarcimento</b>		
IRPJ	(581)	(519)
CSLL	(872)	(778)
<b>Cálculo dos impostos</b>		
<b>Receta com energia</b>	<b>(984)</b>	<b>(911)</b>
IRPJ – 15%	(399)	(367)
IRPJ adicional – 10%	(242)	(221)
CSLL – 9%	(343)	(323)
<b>Provisão de ressarcimento</b>	<b>223</b>	<b>200</b>
IRPJ – 15%	87	78
IRPJ adicional – 10%	58	52
CSLL – 9%	78	70
Corrente	(984)	(911)
Diferido	223	200
<b>Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido</b>	<b>(761)</b>	<b>(711)</b>

**24. Compromissos:**

	Até	Entre	Acima	Total
	1 ano	2 e 5 anos	de 5 anos	
Arrendamento de terrenos (i)	308	1.416	11.925	13.649
Contrato de manutenção (ii)	3.374	7.096		10.470
Contrato de transmissão (iii)	1.319	8.515	10.560	20.394
Comissão de fianças (iv)	104	419	506	1.029
	<b>5.105</b>	<b>17.446</b>	<b>22.991</b>	<b>45.542</b>

**i) Arrendamento de terrenos:** Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia. Os pagamentos são especificados no setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **ii) Contrato de manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **iv) Comissão de fiança:** Comissão de fiança exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica.

**25. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$ 836.371 e de lucros cessantes no montante de R\$ 149.831 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Controladora Chapada do Piauí Holding II Holding S.A.). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

**Diretor: Daniel Pastro** Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP2711780-8

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

As Administradores e Acionistas Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". **Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as Notas 1, 2 e 10 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 36.508 mil. Essa situação e o fato da Companhia

dependem de eventuais aportes de capital da sua controladora Chapada do Piauí II Holding S.A., sendo que esses eventuais aportes estão condicionados à melhoria da situação financeira da Controladora, que por sua vez está diretamente relacionada ao cumprimento das cláusulas suspensivas determinadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no waiver outorgado em 24 de março de 2023 para a mesma, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, individualmente ou em conjunto, possivelmente influenciado, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectamos as eventuais distorções relevantes existentes. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúgio, falsificação, omissão ou representações falsas

das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúgio, falsificação, omissão ou representações falsas

intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

**PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/O-5**  
**Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291168/O-4**

